



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

1 Ao sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniram-se os membros do Comitê
2 de Risco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, por
3 webconferência, sob a presidência do **Magnífico Reitor**, Prof. Claudio Alex Jorge da
4 Rocha. Estavam presentes os seguintes Membros: **Pró-Reitores**: Elinilze Guedes Teodoro
5 (Pró-reitora de Ensino), Danilson Lobato da Costa (Pró-reitor de Administração), Fabrício
6 Medeiros Alho (Pró-reitor de Extensão). **Diretores**: Fábio Dias dos Santos (Diretor de
7 Gestão de Pessoas), Paulo Henrique Gonçalves Bezerra (Diretor de Tecnologia da
8 Informação). **Conselheiros**: Camilo Ferreira Ramos (Diretoria de Gestão de Pessoas), Keila
9 Vargas (Diretoria de Gestão de Pessoas), Rosângela Maria Torres Emerique (campus
10 Altamira), Gerson Nazaré Cruz Moutinho (campus Ananindeua), Neila Cabral (Substituta
11 campus Belém), Danilo Silveira da Cunha (campus Bragança), Aldrin Mário da Silva
12 Benjamim (campus Cametá), Mário Médice Costa Barbosa (campus Breves), Adebaro
13 Alves dos Reis (campus Castanhal), Jackson Moreira Oliveira (campus Industrial Marabá),
14 Manuel Fábio Matos Barros (campus Rural Marabá), Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira
15 (campus Itaituba), Anderson Renato de Souza Lisboa (campus Parauapebas), Anderson
16 Barbosa (campus Tucuruí), Agnaldo Reis Pontes (campus Paragominas), Damião Pedro
17 Meira Filho (campus Santarém), Camila Vieira (campus Vigia), Edinaldo Correa (substituto
18 campus Abaetetuba), Francisco de Assis Ribeiro Cavalcanti (Representante Docente
19 CONSUP), Acácio Tarcísio Moreira de Melo (Representante Docente CONSUP), Bruno
20 Melo (Diretor do campus Óbidos), Davison Jaime Baia de Souza (Representante TAEs
21 CONSUP). **Convidados**: André Moacir Lage Miranda (Diretor Executivo), Vanessa Mello
22 (Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional), Camila Menezes (campus
23 Ananindeua), Saulo Silva (Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação). **O**
24 **Presidente** inicia a reunião cumprimentando a todos os participantes, às nove horas e treze
25 minutos. Coloca em votação a aprovação da minuta de pauta, lembrando que, conforme já
26 discutido na reunião anterior, a minuta será essa, de discussões considerando o novo cenário
27 (pandêmico) que temos, de redução dos números de internações, de óbitos e casos, e,
28 fundamentalmente, as condições impostas pela vacinação. Diz que a vacinação, em sua
29 primeira dose, atingiu a muitos servidores, alguns campi, inclusive, já tendo servidores com
30 as duas doses, como é o caso de Breves. Fala que também é importante perceber o
31 movimento nas outras redes e demais instituições sendo, portanto, essa a continuidade da
32 discussão já iniciada nas duas últimas reuniões. No chat, os conselheiros se manifestam
33 favoráveis à aprovação da minuta de pauta. Passa ao **item 02**, que é a aprovação da ata da
34 12ª Reunião do Comitê de Risco, ocorrida no dia 21 de junho de 2021, e que foi mandada
35 com antecedência para as contribuições dos conselheiros. Também, pelo chat, os
36 conselheiros se manifestam favoráveis à aprovação dela. Em seguida, o **Presidente** passa ao
37 **item 03**, que trata do Planejamento para retomada presencial das atividades administrativas
38 e acadêmicas. Inicia fazendo uma recapitulação do que foi discutido e de alguns
39 encaminhamentos dados na reunião anterior, sobre a ideia de provocar as outras instituições
40 públicas superiores para, de forma compartilhada, enfrentar o momento e avançarem juntas.
41 Diz que isso foi feito no dia 24 de junho, três dias depois da última reunião do Comitê,
42 quando ocorreu uma reunião com os reitores das seis instituições públicas – UEPA, UFPA,
43 UNIFESPA, UFOPA, UFRA e IFPA – marcada através de contato com o Sr. Marcel



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

44 Botelho, Reitor da UFRA, que preside o fórum das Instituições Superiores de Ensino e
45 Pesquisa, e que deliberou que seria interessante fazer esse debate somente entre as
46 instituições públicas, até porque o fórum reúne onze instituições, mas algumas não possuem
47 atividades de ensino, como é o caso da EMBRAPA, além de outras serem instituições
48 privadas, como a UNAMA e o CESUPA. Por isso, ainda que haja diferenças entre as
49 instituições públicas, são elas que mais se aproximam, o que justifica o diálogo com as
50 referidas instituições. Fala que na data da reunião, a UFRA, através de seu grupo de estudo,
51 apresenta ao Governo do Estado os números de ocupação de leitos, que servem como o
52 principal indicador para as técnicas de Inteligência Artificial utilizadas por eles para prever a
53 ocupação de leitos para as próximas duas semanas. Informa que o percentual de ocupação
54 divulgado pelo Governo do Estado deve ser observado sob a lente do número de leitos
55 disponíveis, e que já tivemos mais de 1.000 (um mil) leitos disponíveis, mas hoje temos em
56 torno de aproximadamente 600 (seiscentos) ou 700 (setecentos) leitos disponíveis. Fala que
57 apesar do percentual de leitos parecer se elevar, na realidade houve a retirada de leitos, pois
58 manter esses leitos tem um custo, mesmo que estejam desocupados. Diz que foi apresentada
59 essa projeção e, de pronto, o **Presidente** falou para o Sr. Marcel Botelho, Reitor da UFRA,
60 que se possa ter essa apresentação do grupo de trabalho da UFRA na próxima reunião do
61 Comitê em agosto, para que possamos ter esses números, indicadores e projeções
62 atualizados. Fala que na reunião, foram mostradas as projeções de todas as regiões de
63 integração até o dia sete de julho, e o que foi mostrado foi o que se concretizou: a projeção
64 do dia 24 de junho ao dia sete de julho, indicava uma queda acentuada na curva de ocupação
65 de leitos, ainda que com velocidades distintas entre as regiões do Estado. Acrescenta que o
66 grupo de estudo da UFRA tem acertado nas suas previsões, alcançando uma acurácia
67 bastante importante, e que na reunião foi deliberado que seriam trocadas experiências entre
68 as instituições quanto aos diretrizes que cada uma tem aprovada. Diz que isso foi feito e que
69 pode ser disponibilizado para o Comitê, ao mesmo tempo em que as instituições estão,
70 também, atualizando estes documentos, em razão deste novo cenário, posto que as diretrizes
71 foram aprovadas há algum tempo e precisam ser atualizadas de acordo com a atual
72 conjuntura, principalmente em relação às vacinas. Avisa que todos os documentos serão
73 encaminhados à secretaria dos órgãos colegiados superiores do IFPA para serem remetidas
74 aos membros do Comitê. Ato contínuo, informa que no dia primeiro de julho o IFPA, a
75 UFPA, a UEPA e a SECTET foram convocadas de forma intempestiva pelos ministérios
76 públicos (Federal e Estadual), estranhando apenas que a UFRA não tenha sido convocada,
77 para responderem quanto à volta às aulas na região metropolitana de Belém. Fala que
78 também foram convidadas a SESMA e a SESPA. Sobre a não convocação da UFRA,
79 esclareceu depois com o Ministério Público do Estado, que admitiu o esquecimento. Mesmo
80 assim houve a participação desta IES, mediante convite enviado ao seu Reitor. Diz que,
81 então, na ocasião todas as instituições se manifestaram sobre o que estão fazendo para a
82 volta às aulas, e que a procuradora do Ministério Público Federal, a Sra. Nicole, é a pessoa
83 que tem encaminhado várias ações de recomendações de questionamentos. Fala que a
84 reunião começou com a SESMA fazendo uma apresentação sobre os dados de Belém e
85 quem fez esta apresentação foi o Sr. Cláudio Salgado, figura conhecida por ser quem
86 aparece nas mídias falando sobre o plano de vacinação de Belém. Ele destacou a redução



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

87 abrupta dos casos de Covid em 89,1%, dos óbitos em 83,6%, considerando o período de
88 janeiro a junho. Dá detalhes da redução nos números absolutos de mortes por Covid, nos
89 últimos meses. Fala que também foi repassado o percentual de 40% da população já
90 vacinada com a 1ª dose e 20% com a 2ª dose. Na ocasião, o MPE queria saber, igualmente,
91 sobre como a Prefeitura via esse processo de retorno que, por sua vez, informou que o
92 retorno será de forma gradual. Fala que perguntou sobre quando está prevista a aplicação da
93 2ª dose da vacina nos profissionais de educação, em Belém, pois as secretarias municipais
94 não estavam presentes na reunião e Belém foi o último município a vacinar estes
95 profissionais. Além disso, disse que perguntou sobre a possibilidade de antecipação da 2ª
96 dose, ao que lhe foi respondido que a previsão é que os profissionais da educação estejam
97 todos vacinados entre a segunda semana de agosto e o dia dez de setembro, com
98 possibilidade de que isso seja antecipado, desde que sejam disponibilizadas mais doses, o
99 que é muito provável, segundo a interpretação da fala do secretário Cláudio Salgado. Diz
100 que o retorno efetivo das atividades da Prefeitura será gradual, a partir da aplicação da 2ª
101 dose da vacina, mesmo porque ela atua com a educação infantil, e como não há
102 previsibilidade de vacinação para as crianças, o retorno maior do contingente de crianças
103 ocorrerá conforme os bandeiramentos e a 2ª dose dos profissionais da educação infantil, não
104 havendo ainda a previsibilidade de vacinação de crianças. Em seguida, diz que quem falou
105 foi o representante da SESP que disse que o estado do Pará está seguindo a mesma
106 tendência da Prefeitura de Belém, ou seja, de queda dos casos e óbitos, estando todas as
107 regiões no bandeiramento amarelo e que todas as decisões do Governo estão sendo pautadas
108 nas orientações dos grupos de trabalho científico da UFPA e da UFPA, através do comitê
109 criado para subsidiar as decisões do Governo do Estado. Nesse ponto, chama a atenção que
110 esse é o momento do recorte para o ponto principal desta reunião, o retorno às atividades
111 presenciais. Conforme o estudo apresentado pelo comitê científico ao Governo do Estado, o
112 retorno pode se dar vinte e um dias após a primeira dose da Pfizer e Astrazeneca e quinze
113 dias da vacina da Coronavac. Os estudos são pautados a partir de um conjunto de
114 publicações em revistas renomadas, como a Lancet, sintetizados por este comitê científico,
115 que acredita estar sendo coordenado pela infectologista Rita Medeiros. Diz que mesmo a
116 SESP não tendo falado dos percentuais de retorno, por trabalhar com crianças e
117 adolescentes com idade inferior àquela prevista para a população vacinada, A SESP se
118 antecipou citando um percentual de retorno de 25% a 100%, para a rede pública estadual, da
119 seguinte forma: 25% a partir de dois de agosto, 50% a partir de primeiro de setembro e
120 100% a partir de primeiro de outubro. Após isso, o próximo a falar na reunião foi o
121 professor Maneschy, titular da Secretaria de Estado de Ciência, Educação Profissional e
122 Ensino Superior – SECTET, lembrando que esta secretaria agora é responsável pela
123 educação profissional e superior, que antes eram de responsabilidade da SEDUC e da
124 UEPA, respectivamente. Fala que o professor Maneschy confirmou o que foi dito pelo
125 titular da SESP de que no dia dois de agosto a educação profissional vai seguir as mesmas
126 determinações das educações básica e de nível médio do Estado, logicamente, observado o
127 bandeiramento. Diz que após essa fala, houve apresentação da UEPA e dele próprio, em
128 nome do IFPA, onde falou sobre a questão das atualizações que estão sendo feitas e que,
129 inclusive, foram solicitadas pelos ministérios públicos. Depois dele, a UFPA apresentou o



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

seu planejamento, que segue um bandeiramento para cada campus. Diz que a UFPA e a UNIFESPA também atuam com bandeiramentos, seguindo o do Estado. Por fim, os ministérios públicos se manifestaram que, com prudência, esse processo de retorno deve acontecer, de forma gradual e obedecendo o que determinam as autoridades de saúde do Estado e das prefeituras, porém destaca que a fala da Procuradora Federal, mais dirigida às IES federais, foi muito clara, dizendo que esse retorno deve ocorrer de forma gradual, ao que o próprio Presidente disse ter complementado, dizendo que não podemos voltar dos 100% remoto para os 100% presencial, de uma vez. A Procuradora concorda, mas diz que não à toa o Governo Federal estabeleceu, dentro do Plano Nacional de Imunização, que os profissionais de educação fossem priorizados, se não fosse para garantir esse retorno. Portanto, na opinião do MPF o retorno é possível, seguindo-se etapas, e obedecendo as condições epidemiológicas. Fala que também a UEPA apresentou o seu plano atualmente vigente, e destaca que com o advento da vacinação, todas as instituições estão fazendo ajustes. Cita o exemplo da UFPA, em que seu Reitor, o professor Tourinho, falou que antes as atividades práticas eram permitidas apenas para os estudantes concluintes, mas que a partir de junho isso foi alterado, logicamente, obedecendo o espaço, o ambiente, o percentual de estudantes, para turmas de qualquer período. Fala que tudo isso está sendo levado em conta, além da previsão de que o esquema vacinal dos servidores do IFPA, sejam técnicos ou docentes, e dos terceirizados ser completado até o dia dez de setembro, considerando os dados da prefeitura que foi a última a ter vacinado seus profissionais da educação, que foi Belém, até porque há a possibilidade de antecipação (das vacinas), mesmo porque em agosto as aulas voltam e certamente a prefeitura vai querer priorizar a vacinação desse grupo. Diz que na reunião estava representando as propostas trazidas pelo Comitê de Risco do IFPA, e que nela estavam presentes representantes estudantis – DCE da UFPA e representantes dos trabalhadores da UEPA, os quais tiveram chance de se manifestar quanto ao retorno das aulas. O **Presidente** informou aos ministérios públicos e presentes que o nosso Comitê de Risco voltou a se reunir com uma frequência maior, tendo procurado as outras cinco instituições públicas de ensino superior para troca de experiências, conforme o que ficou deliberado na última reunião do Comitê em junho. Fala que entre os encaminhamentos da reunião houve a análise de vários documentos, mas o que gostaria de trazer aos conselheiros agora é que, a partir do que está sendo demandado pelos campi e por seus planejamentos do segundo semestre é um papel preponderante e protagonista deste Comitê para propor orientações, recomendações e, é claro, os critérios necessários para que possa ocorrer a retomada de forma gradual. Diz que observou que as outras instituições têm atuado conforme os bandeiramentos, em seus planos de retorno. O que, na sua visão, facilita o avanço ou recuo, dependendo do agravamento da pandemia, sem que seja preciso emitir portarias ou outros documentos regulatórios para isso. Fala que podemos nos valer desses instrumentos, e que se o governo e as prefeituras têm esses comitês e grupos de estudo que fazem os levantamentos e estabelecem os bandeiramentos, de acordo com essas condições, o IFPA pode se valer deles para estabelecer os limites de seu plano de retomada, para cada região em que suas unidades estão situadas. Nesse sentido, diz que houve uma discussão com a equipe estratégica do IFPA, no caso, os pró-reitores e com os diretores sistêmicos, no sentido de trazer para esta reunião uma proposta de instrumento normativo. Fala que os



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

percentuais (da volta dos servidores) devem ser requisitados e acompanhados pelos órgãos de controle e o IFPA precisa ter elementos que possam justificar seus níveis de retorno presencial das suas atividades, não só pelos órgãos de controle, mas principalmente em relação aos estudantes que atende e suas famílias, a quem o instituto deve mais respostas, mostrando que devido ao avanço da vacina, já se podem ser tomadas algumas ações para avançar nesse sentido. Diz que a ideia é de apresentar aqui na reunião uma proposta que segue o bandeiramento do Estado, definida por cada área de atuação da Instituição: sala de aula, auditórios, refeitório, alojamento, portaria etc. Reforça que a ideia é apresentar o esboço dessa proposta para que o Comitê possa ter um ponto de partida, um parâmetro, que são os bandeiramentos, que determinam os avanços e recuos, de acordo com as cores que o Estado estabeleça. O **Presidente** passa a apresentar a minuta de portaria, que aprova os protocolos de biossegurança que regulamenta o desenvolvimento de atividades administrativas e acadêmicas presenciais no IFPA, no período de emergência causada pelo novo Coronavírus. Diz que a ideia é ter um instrumento normativo que estabeleça os protocolos de bandeiramento, com uma data específica, sugerida para o dia dois de agosto, sujeita à deliberação do Comitê, mas considerando o tempo para implementação da proposta. Em seguida começa a ler os artigos da portaria, tecendo pequenos detalhes sobre cada um deles. Prende-se um pouco mais na explicação do Artigo 8º, que determina que todos os servidores devem retornar às atividades presenciais, de acordo com as regras de bandeiramento. Faz a ressalva que os servidores alérgicos aos componentes dos imunizantes disponibilizados pelo Plano Nacional de Imunização, com a devida comprovação, e as gestantes devem permanecer em trabalho remoto até que o bandeiramento da região em que se encontra a sua unidade de lotação esteja na cor azul. O **conselheiro Francisco** se manifesta e pergunta se o Artigo 8º não entra em conflito com os calendários, uma vez que seguirá o bandeiramento do Estado. Outra questão que coloca é que quando o documento fala do Ensino no segundo semestre, mas lembra que há campi, como o de Belém, que está trabalhando em módulos. Diz que a regra que o documento propõe para todos os campi têm que considerar certas variáveis, uma vez que os campi não são todos iguais. O **Presidente** concorda que o Comitê pode, sim, prever essas excepcionalidades, fazendo os ajustes necessários aos calendários, mas a ideia é que haja a possibilidade de retorno presencial de todos os servidores, considerando o cenário atual. O **conselheiro Francisco**, então, diz que o termo “devem” deveria ser substituído por “podem”, face aos ajustes que precisem ser feitos nos calendários. O **Presidente** pede para continuarem lendo e depois deixar as observações como apontamentos. No chat, o **Dr Camilo** se manifesta dizendo que, quanto às gestantes, ainda não são conhecidas as consequências da infecção por Covid-19 a longo prazo para os fetos, como por exemplo o vírus Zika causou microcefalia e retardo mental nas crianças de mães contaminadas há poucos anos. Assim, para ele, ainda que vacinadas, é prudente e sensível que gestantes sejam mantidas afastadas do trabalho presencial até que o bandeiramento indique mínimo risco de transmissão (azul). O **conselheiro Manuel Fábio** pede a fala e diz que os números da doença apresentados pela prefeitura de Marabá já são mais alentadores, mas que gostaria de perguntar sobre a seguinte questão: no campus de Marabá houve a reunião do Comitê de Avaliação e Planejamento para discutir o retorno presencial, e nela foi feita uma pergunta a qual ele gostaria de apresentar ao Presidente, ao



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

conselheiro Fábio, aos pró-reitores e a todos os colegas conselheiros presentes nesta reunião, para que, quem sabe, deliberem juntos sobre o que vai expor, se ainda não houver uma deliberação. Fala que há casos em que uma pessoa desenvolve o seu trabalho remotamente, sem deixar a desejar nenhuma circunstância de ele estar presente ou não no seu espaço físico, no campus. Pergunta se essas pessoas serão abarcadas pelo Artigo 8º e se pode dar a oportunidade para essa pessoa escolher continuar na sua residência, realizando o seu trabalho. O **Presidente** responde que isso diz respeito ao conceito de teletrabalho que, como já foi dito no CODIR, vai ser regulamentado, seguindo outro rito. Diz que é muito provável que isso ocorra, pois não há mais volta, diante da situação que vivemos, porém aqui na reunião está sendo tratada a volta das atividades presenciais, cuja ideia é de retorno de todos. Quantos à implementação do teletrabalho, ela pode ocorrer em paralelo e está sendo estudada por comissão já montada, e deve ser aprovada em outras instâncias. Antes precisando ter definidas metas, indicadores, mecanismos de acompanhamento e uma série de procedimentos que não vêm ao caso agora, para não confundir o foco desta reunião. Assim, afirma que a volta não é algo facultado, por isso deve ser observada com cuidado a questão do “devem” e do “podem”. Acrescenta que estamos no meio de um retorno gradual e que dia dois de agosto não vai voltar todo mundo ao mesmo tempo, pois está escrito nos protocolos de retorno que os bandeiramentos determinam um percentual de pessoas no trabalho, com revezamentos de escala, mas que vê que há possibilidade de todos voltarem, precisando que isso seja disciplinado. Diz que o Diretor Fábio pode falar depois um pouco mais sobre essa questão do teletrabalho, ao que o conselheiro Manuel Fábio agradece pelos esclarecimentos. O **Presidente** prossegue na leitura dos artigos até chegar nos quadros que cruzam os bandeiramentos (preto, vermelho, laranja, amarelo, verde e azul) com os ambientes (setores administrativos e locais de atendimento ao público; salas de aula; laboratórios e ambientes para aulas práticas) que terão, ou não, as atividades presenciais liberadas. Fala que mais abaixo alguns outros ambientes poderão aparecer e outros até terem sido esquecidos, e é por isso que é importante a complementação desse documento com outros instrumentos normativos, inclusive dos próprios campi e da Reitoria, que têm funcionamentos próprios. Define que a metodologia de sua apresentação será por coluna, para que seja mais fácil a compreensão, daí começa a leitura das colunas do quadro 1, iniciando pela primeira, a dos setores administrativos, comentando como serão as atividades (remotas ou presenciais), de acordo com os bandeiramentos que estejam sendo considerados no momento, dando detalhes de cada situação, dizendo que informações dos percentuais serão depois compartilhadas, com todos percebendo que eles são os mesmos seguidos por outras instituições. Lembra que o bandeiramento azul corresponde ao retorno 100%, no contexto de pós-pandemia, onde deverão ainda serem seguidos os protocolos de uso de máscaras, provavelmente, a não ser que a ciência nos mostre o contrário. No chat, o **conselheiro Pedro Damião** pergunta se no retorno poderá ter redução de horário, além do revezamento. O **Presidente** responde que não há sentido fazer redução, até porque esse revezamento vai permitir que o horário de trabalho seja atendido em sua plenitude. Esclarece que a carga horária de trabalho nunca deixou de ser cumprida, nem no *lockdown*. Por isso, mesmo no revezamento, o servidor cumpre seu horário integral e isso é importante por um motivo muito simples, de que a instituição vai avançar no sentido do retorno de seus estudantes, em horários de atividade destes estudantes



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

259 – de dia, de tarde e noite. Ressalta que não está trazendo uma proposta fechada, mas sim um
260 ponto de partida. Prossegue lendo o planejamento para as colunas das atividades de sala e
261 para as de laboratórios, lembrando que não há o que se falar de retorno às aulas com o
262 bandeiramento laranja, apenas no amarelo. Dá detalhes de outras práticas que também são
263 liberadas no bandeiramento amarelo e depois passa para o verde, lendo o rol de atividades
264 que são liberados nele até, por fim, passar para o bandeiramento azul, que prevê 100% de
265 atividades presenciais. No chat, a **pró-reitora Elinilze** diz que a ideia é termos um
266 documento que ajude na tomada de decisão pelos gestores e oriente o planejamento, com
267 que o **Presidente** concorda, dizendo que ele será um balizador, para que não se tenha que
268 ficar todo o tempo emitindo portarias, mas sim tendo um documento que norteia as ações.
269 No chat, o **conselheiro Francisco** pergunta se os critérios de coloração foram definidos pelo
270 Estado e a **pró-reitora Elinilze** responde que sim, através do Decreto nº 800, de 31 de maio
271 de 2020, do Estado do Pará, o qual institui que as regiões de regulação de saúde serão
272 classificadas por nível de risco (bandeiramento). O **Presidente** fala que os bandeiramentos
273 preveem a permanência dos cuidados, mas que há a possibilidade de algum avanço, como
274 forma de mitigar os prejuízos já causados (à Educação), e que em uma reunião no dia
275 anterior com o Conselho Nacional de Educação foi dito que será feita regulamentações para
276 a Educação Híbrida e de uma proposta de retomada das aulas presenciais. Nela foi dito que a
277 evasão no ensino superior os números são da ordem de 45%, de forma que também isso
278 precisa ser observado com cuidado. Passa rapidamente pelas determinações do
279 bandeiramento azul, dizendo que o desejo é que no primeiro semestre letivo de 2022 o IFPA
280 já possa estar nessa situação, considerando os estudantes já tendo sido vacinados com as
281 duas doses. Passa agora para a leitura das colunas referentes a outras dimensões (auditórios;
282 ambientes de pesquisa e extensão interno e externo aos campi do IFPA; bibliotecas). Diz que
283 nesta parte esteve muito presente a PROAD ouvindo os DAPs, a PROEN, a PROPPG, a
284 PROEX, que agora vão ajudar nas explicações a serem dadas aqui. Vai lendo as orientações
285 para cada coluna, conforme o bandeiramento que se considere. Propõe que se possa avançar
286 no uso dos auditórios na fase amarela, para pequenas reuniões, por exemplo, incluindo essa
287 possibilidade, e não somente para processos seletivos e concursos. No chat, a **pró-reitora**
288 **Elinilze** fala que na sala de aula deve-se levar em conta espaço e serviços. Prossegue lendo
289 as diretrizes para a coluna da biblioteca, lembrando que este espaço é um local natural de
290 aglomeração, por isso é necessário cuidado, não existindo percentuais definidos para ele,
291 mesmo no amarelo, pois é um lugar mais difícil de se manter os estudantes afastados, como
292 seria em uma sala de aula ou num laboratório. **Presidente** diz que esses cuidados levam em
293 conta que até o retorno das atividades os estudantes, pelo menos a maior parte, ainda não
294 terão se vacinado, a despeito do avanço da vacinação, especialmente em algumas cidades,
295 como em Breves, que já vacina jovens de vinte e cinco anos em diante. Prossegue passando
296 para a leitura de mais três dimensões (salas e ambientes compartilhados pelos docentes;
297 restaurantes, cantinas e lanchonetes; aulas de campo e visitas técnicas), lendo os percentuais
298 previstos para estes espaços, conforme os bandeiramentos. Quando fala dos restaurantes,
299 cantinas e lanchonetes chama a atenção que foi necessário prever a retomada desses espaços
300 porque, mesmo com o retorno gradual, vai-se ter o movimento de servidores e de estudantes,
301 sendo necessário prever esse funcionamento, de uma forma mais restrita, porém. Prossegue



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

302 com a leitura das diretrizes para as aulas de campo e visitas técnicas, mas sem observações.
303 Depois, passa para as próximas dimensões (banheiros coletivos; lazer nas áreas abertas;
304 quadras poliesportivas e ginásios). Chama a atenção que no caso dos banheiros públicos,
305 apenas no *lockdown* eles ficam sem funcionar, pois o acesso de pessoas às unidades é
306 proibido, para todas as outras cores eles funcionam observando-se os cuidados de
307 biossegurança. Quanto ao lazer nas áreas abertas, entende que não deve ser autorizado na
308 fase amarela em que estamos e que a prioridade deve ser para as atividades acadêmicas,
309 apesar de saber que será difícil segurar os alunos. Prossegue lendo as determinações para
310 quadras e ginásios, que proíbe as atividades nesses espaços até a fase laranja, mas que na
311 fase amarela já libera 30% de ocupação máxima, o que exige a criatividade do professor de
312 educação física para utilizar esse espaço com parcimônia e os cuidados de biossegurança
313 necessários. Finalmente, passa para as três últimas dimensões (serviço de segurança e
314 portaria; fiscalização de obras; moradia estudantil) e vai dando os detalhes de cada uma
315 delas, conforme os bandeiramentos. Fala que as obras que estão em curso têm equipes de
316 engenharia do IFPA e outras dos campi fazendo um trabalho de acompanhamento, apesar
317 dos riscos, para não gerar descontinuidade delas. Quanto à moradia estudantil, diz que esse é
318 um aspecto mais complexo, sendo o funcionamento dela impedido até o bandeiramento
319 laranja, e a partir do amarelo o funcionamento passa a ser restrito, para turmas concluintes,
320 observando os protocolos de biossegurança, recomendando-se a testagem dos estudantes
321 hospedados nas moradias. Diz que essa discussão foi iniciada na última reunião do Comitê e
322 esse é um ponto que exige cuidado e precisa ser se estar observando. No chat, o **conselheiro**
323 **Manuel Fábio** diz que em seu campus os estudantes ficam em internato pleno. O
324 **Presidente** fala que é preciso, inclusive, fazer um levantamento dos estudantes que estão
325 vacinados. Nesse ponto, diz que esqueceu de mencionar antes que a gestão fez um
326 levantamento com todos os servidores da instituição, algo que havia sido demandado pelo
327 Comitê e que foi feito. Volta a falar da questão dos alojamentos, dizendo que a dinâmica
328 deles é diferente em cada campus, citando o exemplo de Castanhal que, até onde sabe,
329 alguns estudantes saem dessas moradias estudantis aos finais de semana, para retornarem a
330 suas residências, enquanto no campus Rural de Marabá os alunos ficam entre trinta e
331 quarenta dias em regime de internato pleno. Portanto, a ideia pode ser criar uma instrução
332 normativa própria, discutindo com quem de direito, que entende muito melhor do que o
333 Comitê essa questão. Termina a apresentação das dimensões e diz que acha importante que
334 se possa avançar, aprovando uma proposta como essa, para que possam dar diretrizes que
335 levem em conta as realidades. Menciona que no chat a **pró-reitora Elinilze** falou que os
336 espaços das bibliotecas são muito distintos em nossas unidades, com que ele concorda, e diz
337 que o instituto tem bibliotecas que são adaptadas, como em Vigia, que sua biblioteca
338 funciona dentro de uma sala de aula, situação que espera ser resolvida com a emenda
339 conseguida pela DG do campus, Camila Vieira, já Belém possui uma biblioteca com três
340 pavimentos. Claro que são situações distintas e difíceis de serem abarcadas em um único
341 documento, mas acha que as normativas e a escuta que tem sido feita podem ajudar a
342 resolver esse problema. Encerra a apresentação da proposta que considera os
343 bandeiramentos como parâmetro de controle das atividades nas dimensões do Instituto
344 Federal do Pará e passa a ler a minuta da portaria que aprova, em forma de anexo, o



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

345 protocolo de biossegurança que regulamenta o retorno das atividades administrativas e
346 acadêmicas presenciais no IFPA. Durante a leitura dos artigos, pede que a pró-reitora
347 Elinilze comente sobre o Artigo 6º, pois está dentro do conflito mencionado pelo conselheiro
348 Francisco, de que pode haver conflito trazido pelo Artigo 8º, com relação ao planejamento.
349 A **pró-reitora Elinilze** começa sua fala saudando a todos os presentes na reunião e diz que
350 entende que este documento (a Portaria) é extremamente importante para que se possa ter
351 parâmetros institucionais padronizados, apesar de poder ser percebido que dentro do que
352 está proposto não se tenha ainda não há um documento de planejamento, sendo tal ainda
353 necessário, mediante essas regras. Diz que quando se observa os documentos das outras
354 instituições, nota-se que está havendo uma definição de critérios e regras que possam ser
355 utilizados pelo gestor na tomada de decisão de avançar, ou de recuar, sem que se precise
356 ficar estabelecendo sempre um novo documento para isso. Por isso, entende que com a
357 experiência já desenvolvida pelo Instituto até aqui, podemos ficar um pouco mais seguro
358 sobre a quantidade de atividades que estamos fazendo, ao longo desse tempo, e assim
359 passamos a andar juntos, no sentido dos critérios, ou seja, o critério que a direção do campus
360 Belém tomar para a realização de atividades, será o mesmo que Tucuruí tomar, ainda que
361 isso se dê em momentos diferentes, dado a situação de cada município. Portanto, acha que
362 assim não ficamos com regras diferentes, o que acaba sendo muito difícil de se administrar,
363 do ponto de vista de gestão de pessoas, e até dos processos educativos e formativos que
364 estão sendo realizados. Pede a sensibilidade dos membros do Comitê quanto a este
365 argumento. Outra questão que manifesta é que não vê nenhum tipo de incompatibilidade
366 entre os Artigos 6º e 8º, no sentido do “todos devem”. Acha que todos devem, mesmo,
367 retornar, observando o restante do que está escrito no Artigo 8º, as regras do bandeiramento.
368 Diz que “todos voltarem” não significa todo mundo voltar, pois isso só ocorrerá quando
369 estivermos na fase de bandeiramento azul, que prevê o retorno presencial de 100% dos
370 servidores. Outro elemento que cita é o planejamento acadêmico, que deve levar em conta o
371 que está no Artigo 6º, porque a portaria ao entrar em vigência a partir de agosto, no início do
372 mês pode-se pensar nas atividades administrativas, porém, quanto às atividades acadêmicas,
373 diz que estamos no meio de um período letivo que foi planejado. Então, para ela, a ideia é
374 que se tome como base o segundo período letivo, de acordo com o calendário de cada
375 campus e, também, se observe a forma como as coisas vêm se comportando dentro deles.
376 Cita o exemplo dado pelo conselheiro Francisco, que diz que no campus Belém os
377 componentes curriculares estão sendo organizados por blocos, não todos, mas um pequeno
378 grupo de cada vez, até terminar o período. Fala que isso facilita o planejamento e está
379 altamente recomendado que o planejamento pedagógico seja dessa forma, para se possa ter
380 condições de ir avaliando como fica o cenário e incrementando o planejamento em cada
381 módulo. Diz que não haverá, então, mudanças em termos do calendário acadêmico
382 aprovado, mencionando, inclusive, que para o campus Belém foi feita uma proposta
383 específica de ajuste sem o calendário de 2021, mas que isso é outra questão. Prossegue
384 dizendo que, a rigor, para todos os campi não há uma ideia de mexer no calendário e dá
385 detalhes do início do segundo período letivo no campus Belém, previsto para o dia 23 de
386 agosto, provavelmente tendo que levar em conta o bandeiramento, as condições e até o
387 planejamento já executado no campus para esse momento. Diz que, porém, a partir do mês



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

388 de setembro poderá haver alguma condição que leve o campus a planejar os outros blocos de
389 componentes curriculares, com metodologias que já possibilitem mais a participação
390 presencial. Por último, pede que todos olhem para isso como uma oportunidade de o IFPA
391 iniciar o seu trabalho de recuperação de pessoas, no sentido dos servidores e dos alunos, e
392 recuperação de pessoas que ficaram perdidas no seu processo formativo, que ficaram
393 desestimuladas e desacreditadas da sua educação. Fala que já tem algumas informações do
394 processo seletivo do Instituto e já se sabe o quanto a pandemia impactou até na decisão do
395 candidato em querer fazer um processo seletivo se ainda vai estudar de uma forma remota, o
396 que não o motiva. Acrescenta que isso impactou na procura de alguns cursos e na condição
397 de fechar ofertas, então, imagina que todo esse movimento de se pensar, gradualmente, em
398 como isso vai ser feito vai possibilitar que se encontre as pessoas e que se vá as
399 fortalecendo, resgatando e indo atrás, buscando saber o que aconteceu com elas e como
400 podemos, de alguma forma, ajudar e criar condições para que os alunos cheguem até o final,
401 bem como fazer isso com os servidores, face tantas perdas e coisas difíceis que todos
402 enfrentaram, em prol de um novo fortalecimento como instituição. Em seguida, o
403 **conselheiro Danilo** toma a palavra e saúda a todos. Diz que achou pertinente a fala da pró-
404 reitora Elinilze, acrescentando que em Bragança a construção do documento já foi feita e
405 divulgada nas redes sociais, um instrumento que possui os fluxos para o possível retorno,
406 onde alguns servidores já estão dando entrada para atividades de pesquisa, de prática, tudo
407 no campus. Fala que a construção desse documento envolveu muita a comunidade e o
408 comitê do campus, por isso pede ao Presidente que na construção do instrumento que está
409 sendo feita na reunião de hoje, possam ser atrelados, um pouco mais, os comitês locais, o
410 que perpassa uma fala que foi dita na reunião passada deste Comitê de Risco, de que ainda é
411 importante a participação dos comitês locais, o que repetiu no seu campus para o comitê
412 local. Vê que isso é uma forma de fazer a interlocução do diretor, o órgão e a comunidade,
413 por isso acha pertinente essa inserção. Diz que essas discussões fizeram com que ele
414 cancelasse suas férias e agendasse uma reunião com os secretários de saúde a se realizar no
415 município de Bragança. Acrescenta que dos dezoito municípios que fazem parte do raio de
416 ação do campus, alguns já estão bem avançados na vacinação, enquanto outros ainda não.
417 Fala que alguns questionamentos desse retorno são como o município está observando a
418 questão do transporte, pois em alguns deles o transporte (público) ainda não retornou. Por
419 isso, quando implementou o instrumento no campus teve esse primeiro ‘espanto’ de como os
420 alunos chegariam ao campus, principalmente os alunos de Augusto Correa, Tracuateua,
421 Cachoeira do Piriá e que, então, fez outra dinâmica com o meio de transporte do campus,
422 indo atrás de alguns municípios. Diz que foi atrás pessoalmente do prefeito de Bragança e na
423 cidade estão ainda reestruturando os ônibus. Em outros municípios os ônibus estão parados
424 há um bom tempo e agora é que estão tentando pensando em estruturar seus transportes.
425 Informa que, infelizmente, alguns prefeitos de municípios mais distantes não têm condições,
426 nesse modelo que pensou no fluxograma do campus, de ir pegar um menino em Cachoeira
427 do Piriá e um outro em Salinópolis. Pede para o Comitê também pensar em inserir como
428 estão as características, não só a nível de bandeiramento, mas de infraestrutura, pois todos
429 têm que ser parceiros e os diretores sabem que dependem muito dos municípios. Assim,
430 insiste nessa inserção no documento, para que se tenha mais respaldo e subsídios quando o



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

forem apresentar à comunidade. Parabeniza o Comitê pelo documento que vai dar um parâmetro mais homogêneo à tomada de decisão, mesmo que os campi não retornem todos ao mesmo tempo. Por último, sugere que a pró-reitora Elinilze estabeleça um prazo limite para retorno de todos os campi. O **Presidente** agradece e diz que conversou com a pró-reitora Elinilze sobre a proposta que está sendo discutida no campus Bragança, a qual considera uma iniciativa muito boa porque avança no sentido dessa discussão, nessa previsibilidade do retorno, portanto, faz esse destaque dentro do Comitê. No chat, o **Diretor Fábio** coloca o link do Google Doc, referente ao Vacinômetro do IFPA, atualizado, e o **conselheiro Edinaldo** sugere que, nesta planilha, tenha espaço para incluir informações sobre servidores que tenham tomado a Janssen, que é dose única, pois um dos docentes tomou esta vacina e neste caso não se aplica 2ª dose. O **Presidente** diz ao conselheiro que, pelo menos no texto, não há essa questão da 2ª dose, da imunização, até porque as vacinas já foram disponibilizadas para todos os servidores e que até se pode, no documento, dentro do Artigo 2º de suas diretrizes, que devem passar por um ajuste, incluir essa situação, mas que no documento o foco é no bandeiramento e os critérios que estão sendo colocados ao Comitê dizem muito do atual estágio de vacinação. Fala que, certamente, se ninguém tivesse sido vacinado, as discussões seriam outras neste comitê. O **conselheiro Edinaldo** esclarece que sua sugestão de inclusão de informações é na planilha do Google Doc e não no documento de retorno presencial. Esclarecido esse ponto, o **Presidente** diz, então, que o Diretor Fábio irá falar um pouco sobre o vacinômetro mais à frente na reunião. Passa a palavra ao **conselheiro Aldrin**, que saúda a todos e inicia expressando sua alegria pela apresentação de um documento (o de retorno) deste nível. Recorda das dificuldades no início da pandemia, no ano passado, com as construções dos planos de retomada, principalmente em ter que construir documentos sem um parâmetro que norteasse as ações. Por isso, na sua primeira olhada, considera que este é um documento muito bem estruturado, que julga irá contribuir muito com as discussões nos âmbitos dos campi. Diz que havia sido feito um agendamento com o comitê gestor em seu campus para começar a discutir a retomada, o qual foi suspenso em razão desta reunião, por isso acha que este documento, junto com os documentos de base, irá ajudar de forma muito significativa os trabalhos que serão desenvolvidos a partir de então. A título de contribuição, pede atenção para o Artigo 8º, pois tem a impressão de que num documento que traz todo um regramento de distanciamento social, prestação de serviços, bandeiramento etc. e, de repente, acha que entrou um artigo sobre gestão de pessoas bem no meio disso. Por isso, acha que esse artigo não cabe com a construção do documento, como um todo, pois não dialoga com a lógica dele. Pensa que essa Artigo 8º pudesse permanecer com a ideia de suspensão das atividades remotas, salvo algumas situações, e talvez se emitisse um outro documento, junto a PROPEG, alguma coisa do tipo portaria ou algum outro instrumento que dialogasse com esse campo da gestão de recursos humanos. Fala que isso é apenas sua impressão e que não está em desacordo com a retomada, achando que os instrumentos institucionais que foram apresentados levam a esta construção, mas insiste que o Artigo 8º não segue a lógica do documento. O **Presidente** agradece ao conselheiro Aldrin e que, até por conta do que foi dito pelo conselheiro Francisco, pela pró-reitora Elinilze e agora por ele, e pensando nestes links colocados, pede permissão para o Comitê, para incluir um adendo ao Artigo 8º. Antes relembra o que foi dito



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

pela pró-reitora Elinilze de que não se está querendo deixar de lado o planejamento, e o que se tem aqui são diretrizes, parâmetros, conforme a fala da pró-reitora Ana Paula na reunião passada. Daí, propõe que se desconsiderem os planos e começa a fazer a leitura novamente do Artigo 8º, corrigindo o trecho “calendários acadêmicos” por “planejamentos acadêmicos”. Diz que o Comitê tem que ter em mente que os planejamentos acadêmicos não estão sendo descartados, pois eles devem existir, junto com os calendários acadêmicos e um conjunto de discussões pedagógicas que o documento não dá conta e nem tem a pretensão. Após uma nova leitura, anuncia que discorda do que foi mencionado pelo conselheiro Aldrin, pois acha que as coisas precisam estar claras no documento porque todos sabem muito bem como as informações chegam às pessoas. Entretanto, fala que passará a palavra ao conselheiro Francisco, que foi quem suscitou essa questão. O **conselheiro Francisco** diz que se preocupou com o Artigo 8º justamente porque da forma como está posto, a interpretação da pró-reitora Elinilze está correta, ao dizer que todos devem retornar às atividades presenciais. Porém, fala que caímos no campo das interpretações, e se pudermos cuidar da redação (do Artigo) para que fique mais claro e menos passível de interpretações, é melhor. Até mesmo com a preocupação colocada pelo Presidente, em alinhar com os planos porque, voltando para o Artigo 6º, que fala sobre planejamento acadêmico, ou seja, nele não se fala sobre a retomada dos calendários dos campi, mas sim já se estabelece uma outra regra que não mais considera esse planejamento e nem as variáveis dos calendários. Diz que se existem outros elementos e outros aspectos que não foram apontados. Também diz que gostaria de ressaltar o aspecto, bem colocado pela pró-reitora Elinilze, da recuperação de pessoas e acolhimento é tão importante quanto a retomada. Fala que não é apenas voltar e pensar as atividades presenciais, mas compreender que as pessoas que vão retornar, irão fazê-lo sob uma outra carga de circunstâncias e isso é, também, importante que o documento possa registrar em seu texto, e não apenas ficar no campo da intenção. O **Presidente** agradece e passa a palavra para a **conselheira Rosângela**. Ela inicia saudando a todos e dizendo que após analisar o documento ficou com uma dúvida sobre como é que ficará a vigência dos documentos, dos ofícios que tratam com relação aos servidores que têm comorbidades, que coabitam com idosos e aqueles que têm filhos em idade escolar. O **Presidente** responde que todos retornam. A **conselheira Rosângela** prossegue dizendo que o documento não informa nada sobre isso, pois fala mais dos bandeiramentos. Por isso, pensa que deva haver algo específico relacionado a isso. O **Presidente** mais uma vez diz que o texto é claro ao dizer que todos retornam, à exceção dos servidores que não podem tomar os imunizantes e as gestantes. Até porque, na opinião de alguns especialistas, hoje não há mais grupos de risco, havendo, sim, comportamento de risco. Diz que todos os servidores que eram de grupos de risco foram vacinados, com as duas doses, e com as imunizações, devem retornar. Fala que as aulas estão retornando a partir de agosto. A **conselheira Rosângela** diz que está tendo problemas relacionados a isso em seu campus. Sabe que a maioria dos servidores já se vacinaram e que tem aqueles que podem voltar, mas não querem, colocando que é por conta desses documentos que os respaldam. Também, pergunta sobre a questão daqueles servidores que não quiseram tomar a vacina. O que fazer? O **Presidente** diz mais uma vez que todos os servidores devem retornar, mencionando novamente as exceções. Isso inclui aqueles que, de forma deliberada, não querem tomar a



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

vacina. Fala que vê o texto muito claro, ao mencionar “todos” e que por isso insiste no termo “devem”, para não ficar esse tipo de situação. Diz que, inicialmente, havia proposto um texto para um outro Artigo 9º, em consonância com o Artigo 8º, em que detalhava esses casos mencionados pela conselheira Rosângela, porém achou desnecessário. A **conselheira Rosângela** diz que entende que o Artigo está claro, mas há sempre o servidor que não quer entender e coloca dificuldades para seu retorno, por isso, acha que da forma que o Presidente colocou por último (detalhando por grupos) é mais fácil dos servidores entenderem e não dá margem para questionamentos. O **Presidente** diz que tomou nota da sugestão e que isso já havia sido sugerido pelo Diretor Fábio, mas ele achou melhor retirar, porém se preciso for colocar novamente, o texto já está até pronto. No chat, o **conselheiro Bruno** pergunta se no documento há menção de percentuais e datas de retorno. O **Presidente** responde que o percentual de retorno já está especificado nos bandeiramentos e que a vigência do instrumento é a partir do dia dois de agosto, pois entende que é necessário que as pessoas tenham um tempo para tomar ciência, serem feitos os esclarecimentos sobre o retorno e internamente as unidades fazerem os complementos desses regulamentos, visto que cada campus tem uma dinâmica própria, mas a partir do momento que o documento entra em vigor, o que define tudo são as bandeiras, quadro 1. Passa a palavra para o **conselheiro Gerson**, que saúda a todos e diz que como gestor tem uma preocupação com a data de retorno para o dia dois de agosto, pois a preocupação que observa hoje, neste período de férias por todo o estado, ou até mesmo em todo país, é que está “todo mundo” agindo como se estivesse numa situação normal, como antigamente. Fala que o que se vê hoje é uma empolgação do povo, em termos de período de férias, muito grande e, infelizmente, acredita que nesse momento, pelo que vê nesse quadro, a pandemia deverá ter um aumento muito grande, não tanto por conta das vacinas, mas, mesmo assim, muito elevado da quantidade de infectados. Diz que todos sabemos que quando uma escola apresenta algum aluno infectado, imediatamente a escola fecha novamente as portas. Para ele, isso é complicado, pois leva a um descrédito e a uma desmotivação muito grande, tanto para o Instituto quanto para os alunos, principalmente. Fala que o período de incubação da doença é de quinze a vinte dias, então o retorno das férias deverá crescer muito o número de infectados em nosso estado, por isso acha que setembro seria um mês melhor para retorno, onde já teríamos uma condição mais madura, embora tenhamos nossos calendários a serem cumpridos, tanto na parte administrativa, quanto na acadêmica. Assim, acha que devemos ter o conhecimento e a atenção, para que efetivamente tenhamos o cuidado de retornarmos às ações sem depois termos que suspender tudo novamente, em função do bandeiramento. Diz que o bandeiramento é muito relativo, pois as estatísticas mostram que se há dez pessoas infectadas e de repente esse número passa para cinquenta, já sai da cor azul para a amarela, e rapidamente com mais dez pessoas, passa para o vermelho e para tudo. Portanto, o retorno tem que ser com bastante atenção. Diz que é isso que solicita à PROEN e à parte administrativa, pelo que agradece. O **Presidente** passa a palavra para o **conselheiro Anderson Lisboa**. Ele fala que estava escutando atentamente o posicionamento dos outros conselheiros e diz que sua região, Carajás, foi a última do estado a sair da fase laranja para o amarelo, e as dificuldades lá são semelhantes. Diz que também há servidores no campus que se recusaram a vacinar, outros que não podem tomar a vacina, outros que não querem



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

560 retornar, e diz que não se julga as justificativas que eles apresentam, pois embora algumas
561 pareçam salutares, outras não o são, por isso não julga, para não parecer que não está
562 levando em conta a individualidade de colegas. Baseado nisso, diz que concorda que se deva
563 ser bastante objetivo na proposta. Assim, o termo “devem” deve ser mantido, bem como
564 outros termos nesse sentido, sem que se entenda que isso é algo autoritário ou impositivo,
565 apesar de conter esse sentido, mas acha que é algo necessário. Diz que lembra muito bem
566 que no começo, onde não se sabia de nada e não existiam critérios para poder se organizar, a
567 gestão foi duramente cobrada, estando há época como Diretor Geral Substituto do campus,
568 pela falta de objetividade das posturas enquanto gestor. Fala que era o que acontecia em seu
569 campus, mas pelo relato de outros colegas gestores, pelo menos no sentido da DAPI, era
570 dessa forma, também. Diz que os servidores passaram à gestão toda uma responsabilidade,
571 sendo que ela não tinha nem dados para poder se pautar. Porém, agora, a realidade é outra.
572 Pode-se demonstrar critérios estatísticos, científicos e legais; solicitação dos órgãos de
573 controle regulamentares, como o próprio Ministério Público; citar comparações e exemplos
574 com outros órgãos com a mesma prática de Ensino, Pesquisa e Extensão; enfim, diz que não
575 acha que se deva ser tão flexível, no sentido de evitar que se deixe brechas para certas
576 interpretações, como por exemplo o caso que ocorreu com a colega conselheira Rosângela,
577 no campus que ela representa. Concorde que cabem exceções para toda regra, se for o caso
578 de cada campus ter alguma peculiaridade e isso conste ou no plano específico daquele
579 campus ou mesmo no que seja integrado ao documento principal, ora discutido, mas que
580 isso seja tratado como exceção. Acrescenta que entende e concorda com a fala do
581 conselheiro Gerson, de que a coisa pode ter mudado um pouco de figura durante esse
582 período de férias, mas diz que temos que entender que cabe também a responsabilidade
583 individual para esse retorno, seja aluno, responsável, TAEs e servidores de um modo geral,
584 ou seja, não se pode ficar simplesmente à mercê de um mau costume ou da tradição, ou
585 alguma coisa nesse sentido, e deixar que isso interfira de uma forma tão direta no
586 planejamento do Instituto. Afirma que precisamos ter fatos, argumentos, dados, estatísticas,
587 para propor uma data, e daí, obviamente, cada exceção seja tratada com a sua
588 excepcionalidade, com cada campus observando a sua peculiaridade, de acordo com os seus
589 critérios específicos, porém reafirma que se deva ter um documento geral e se diz satisfeito
590 que isso esteja acontecendo de forma unificada, lembrando a dificuldade de ter que alinhar
591 no calendário do primeiro semestre (do ano passado) os interesses da instituição,
592 considerando que são dezoito unidades administrativas que compõem o IFPA, por isso, se
593 declara de acordo com a proposta de retorno de todos que, obviamente, pode admitir algum
594 ajuste gramatical ou semântico, mas cuja interpretação não fique dúbia e que esse
595 documento exista, pois o Instituto precisa dele. Fala que há um ponto que lhe chamou
596 atenção no texto, que é em relação ao prazo científico da vacina, de vinte e um dias após a
597 primeira dose, para produzir os seus efeitos, não tanto quanto após a segunda dose, mas já
598 produz algum, enfim, diz que essas tranquilidades científicas e obrigаторiedades sejam bem
599 explícitas e constem como introdução, pelo menos, no documento. Fala também que, se
600 forem necessárias, que constem essas outras questões de que não são resguardadas questões,
601 como por exemplo, as propostas feitas pela conselheira Rosângela. Reafirma a sua defesa
602 pelo documento e que ele seja o pontapé inicial para outras exceções, caso existam, possam



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

603 ser discutidas ou expressas nele. O **Presidente** elogia a fala do conselheiro e diz que
604 realmente pensa da mesma forma, assim como os campi estão demonstrando, essa demanda
605 por se ter um documento norteador para todos. Fala que entende a questão das férias, mas
606 que são coisas que estão contidas no bandeiramento, e que se houver aumento de casos,
607 certamente, o instituto vai recuar. Porém, se diz instigado porque, às vezes, se pensa em um
608 regramento olhando apenas para as exceções, mas seu papel de gestor é pensar em cada um
609 dos servidores. O conselheiro **Anderson Lisboa** pede a palavra novamente para dizer que
610 acredita que acontece nos outros campi, também, é que os servidores e a comunidade
611 discente que questionam a retomada, o reinício, têm um número igual de outros que
612 questionam a volta dos servidores, seja os alunos, os pais, o Ministério Público e alguns
613 servidores que querem retomar as suas atividades. Então, diz que se é para comparar e
614 tender para aqueles que geralmente são a parte mais negativa da coisa, o instituto nunca vai
615 sair do lugar, porque sempre haverá alguém que tem dificuldade específica, e se forem tratar
616 um caso particular, em detrimento da questão pública, acha que isso foge um pouco do
617 sentido do Instituto, que é o de tratar da questão pública, prioritariamente. O **Presidente**
618 concorda com o que acaba de ser dito e fala que é preciso ter a compreensão do percurso que
619 já foi feito, dos cuidados que vêm sendo tomados. Menciona também a cobrança que a
620 gestão e o Comitê vêm sofrendo, além de que todos os segmentos da sociedade, inclusive os
621 setores da educação, estão avançando e em alguns momentos recuando, de acordo com essas
622 condições. Fala que o IFPA já se encontra na situação de início da cobertura vacinal e
623 concorda com o que o conselheiro Anderson Lisboa disse sobre a fundamentação de
624 dispositivos como o documento de retorno serem pautados nesses estudos, nas orientações
625 da SESP, da SESMA, dos comitês científicos, da área técnica do IFPA – representada
626 neste Comitê pelo Dr. Camilo e a Diretora Keila – e tudo mais que está sendo feito e
627 levantado como subsídio dessa decisão de retorno. Fala que alguns servidores não querem
628 voltar por uma condição particular, mas o Instituto precisa avançar, o que está acontecendo
629 com muita cautela. Ressalta que não está correta a ideia de que dia dois de agosto todos vão
630 voltar, mas sim como a pró-reitora Elinilze explicou, dentro de um percentual e de uma
631 alternância. Cita o exemplo da Reitoria, onde estão trabalhando desde o início da pandemia,
632 parando apenas no *lockdown*, do jeito que está no bandeiramento verde, pois trabalham com
633 mais de 50%, ou seja, dos mais de cento e cinquenta servidores, cento e dezesseis estão
634 tendo atividades presenciais na Reitoria, sem casos de contaminação no local. Volta a falar
635 que a questão das férias e diz que o que determina o estado das coisas é o panorama atual da
636 pandemia, não as férias. Fala que ainda não há aula prática, calendário ou outra coisa
637 definida, mas que se houver alguma determinação por conta do aumento de casos, o Instituto
638 replaneja o retorno presencial, tranquilamente, sem precisar correr riscos. Passa a palavra
639 para a **conselheira Neila**, que anuncia que quase retira sua fala por causa do que disse o
640 conselheiro Anderson Lisboa, mas que resolveu incluir apenas dois elementos que possam
641 ainda deixar o documento mais consistente. Acredita que a orientação é a objetividade, ser
642 direto, tendo o amparo dos órgãos de controle, de saúde, o legal, por isso o Instituto tem
643 condições de manter esse posicionamento. Fala que é uma responsabilidade de todos os
644 gestores, e acredita que uma situação que foi colocada pela pró-reitora Elinilze é aquela
645 relativa ao acolhimento, que podem ser pontuadas ou finalizadas no documento algumas



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

questões mais genéricas de como isso pode ser orientado, para depois cada campus trabalhar de acordo com suas peculiaridades. Também lembra o diálogo permanente que precisa contar com a Comunicação da ASCOM para dar solidez a esse processo, com uma boa campanha porque existe uma diversidade de situações e pode haver uma grande parcela de servidores que podem não se sentir confiantes com esse retorno, embora já vacinados. Por isso acredita que uma boa comunicação pode ajudar bastante. Diz que o João (ASCOM) tem feito isso de forma muito eficiente nas mídias sociais, então, avançar nisso seria algo bem interessante e dentro dos campi isso será trabalhado, porque isso demonstrará o acolhimento, direcionando esse processo de comunicação eficaz, deixando os gestores em condições de tratar cada particularidade dentro de seus campi e das condições dos servidores. O **Presidente** comunica a conselheira que tomou nota das sugestões dadas, como a questão do acolhimento, até mesmo para que possa ser previsto nos artigos iniciais, pois acha que ele diz respeito à todas as ações, sem estar restrito a uma dimensão de um espaço ou de uma atividade em especial, como para aulas teóricas, ou práticas. Reforça, também, a campanha de comunicação, a qual considera fundamental e que pode ser encaminhada em conjunto com o João (ASCOM). No chat, o **conselheiro Aldrin** comenta que a questão sobre a retomada presencial seja unânime aqui, mas a questão colocada é o mecanismo para isso. Diz que tivemos, durante a pandemia, decretos, resoluções, INs, portarias que regulamentaram a atividade remota durante a pandemia, porém, sente a falta de um instrumento da gestão de pessoas, para além do protocolo, e que estabeleça o retorno presencial. O **Presidente** responde que, sem dúvida, o documento é um instrumento norteador importantíssimo, um balizador que a partir dele vai precisar de alguns instrumentos, como tem sido feito, orientando a ação direta, inclusive, de acompanhamento das ações dos servidores. Sobre isso, pede para o Diretor Fábio e a pró-reitora Elinilze, além de outros autores da proposta de documento, falarem um pouco mais, após os inscritos. Também pede para escutar a chefe da DSQV Keila, apresentando as condições epidemiológicas atuais e atualizadas do dia anterior, para que o Comitê possa ver algum tipo de projeção, se for o caso. Passa a palavra para o **conselheiro Bruno**, que inicia dizendo que está satisfeito com o documento, no sentido que na semana anterior tinha tecido um comentário sobre a falta de orientações mais específicas quanto à retomada, portanto, ele significa que o Instituto está caminhando e isso é muito importante. Fala que gostaria de tomar o ponto de retomada de 25% dos servidores a partir do dia dois de agosto, considerando o bandeiramento, desde que seja mantido até lá. Pede confirmação sobre o percentual de 25% e o **Presidente** responde que na realidade a volta é para todos os servidores, que vão alternar a ocupação dos espaços, o que no bandeiramento amarelo atual corresponde a 50% da capacidade. O **conselheiro Bruno**, então, diz que o documento precisa ser mais claro nesse sentido. O **Presidente** esclarece que todos voltam, com exceção das gestantes e daqueles que têm problemas com os componentes da vacina, e o que vai ocorrer é um revezamento ou alternância de horários de entradas, para que se mantenha esses 50% do número de servidores trabalhando no mesmo tempo naquele espaço. O **conselheiro Bruno** diz que muitos setores no campus Óbidos e, certamente, vai é o caso de outros campi, têm um só servidor, ou seja, um setor, uma sala, um servidor. Pergunta como fica, nesse caso? O **Presidente** diz que o servidor trabalha normal, *full time*, conforme as



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

689 condições de biossegurança, pois se o setor tem condições de suportar aquele servidor, ele
690 trabalha de forma normal, sem redução de carga horária de trabalho, algo que, aliás, afirma
691 nunca ter havido. Assim, afirma que as atividades podem ser feitas totalmente de forma
692 presencial, se o espaço suportar. O **conselheiro Bruno** pergunta ainda sobre as atividades de
693 ensino. Fala que a pró-reitora Elinilze citou alguns pontos, mas ainda tem dúvidas: no
694 contexto modular que estamos vivendo, pergunta o que de fato pode acontecer. Exemplifica
695 o caso de termos 50% dos alunos presentes e outros 50% em casa. Diz que ver essa prática e
696 saber o que a pró-reitoria está visualizando disto, pois é um problema a se ver, já que as
697 salas de aula do IFPA não estão preparadas para transmitir o que está sendo dado de aula
698 para os estudantes (presenciais). O **Presidente** agradece a fala e diz que foi trazido um
699 aspecto importante, em destaque no Artigo 6º, que diz respeito ao segundo período letivo.
700 Fala que é importante o IFPA voltar de modo presencial no início de agosto, para que possa,
701 também, colaborar nesse sentido do planejamento para o segundo semestre, em que todos os
702 campi voltarão, mas nenhum deles exatamente no dia dois de agosto (às atividades
703 acadêmicas). Pede confirmação da **pró-reitora Elinilze**, que diz que com exceção de Belém,
704 que retorna dia vinte e três de agosto, os demais campi retornam a partir da metade de
705 setembro até a primeira quinzena de outubro. O **Presidente** ressalta a importância dessa
706 informação. Passa a palavra à **pró-reitora Elinilze**, novamente, que se dirige ao conselheiro
707 Bruno, dizendo que iria mencionar que no bandeiramento amarelo está uma indicação de até
708 50% dos servidores, mas não há a mesma indicação para alunos. Fala que o que pode
709 acontecer nesse bandeiramento está bem especificado no documento: algumas coisas
710 presenciais já podem acontecer, como grupos de reunião até para planejar as coisas em
711 relação à aula e outros itens, conforme indicados. Diz que a ideia do Artigo 6º é que se possa
712 fazer o planejamento considerando o segundo semestre letivo, para dar tempo de o Instituto
713 voltar em agosto, depois das férias, e começar a fazer um planejamento, que não é do tipo
714 50% em casa, 50% presencial. Para isso já existe um documento que já está sendo discutido
715 com os diretores de ensino sobre como vai ser feito esse planejamento de transição, de
716 atividades não presenciais para um momento com atividades não presenciais e presenciais,
717 até chegar nas atividades somente presenciais. Diz que uma Instrução Normativa com
718 algumas orientações, inclusive como vai ser feita composição de turmas e a indicação de uso
719 de metodologias ativas, estratégias do ensino híbrido que ajudam na organização, fazem
720 desse planejamento híbrido uma coisa bastante delicada, mais desafiador do que o
721 planejamento remoto do ano passado. Adianta que, pelas indicações da PROEN, não estão
722 sendo recomendadas transmissões ao vivo das aulas, porque o Instituto não possui estrutura,
723 e nem o aluno, em quase todos os lugares. Assim, entre as estratégias de atividades de
724 ensino que estão sendo recomendadas, misturando presenciais e não presenciais, a de
725 transmissão de aulas ao vivo é a que não está recomendada, pois não se encaixa dentro da
726 prática que se convencionou chamar de ensino híbrido, no Brasil. Diz que, entretanto, ela
727 não está proibida porque em algumas situações, eventualmente, o campus possa ter a
728 estrutura de transmissão para uma aula de laboratório, ou de alguma coisa pontual, sem
729 haver impedimento para que não o faça. Ressalta que a definição desta reunião é muito
730 importante para que se possa avançar no trabalho com as direções de ensino, na construção
731 dos documentos que complementam este principal e que poderão subsidiar a organização



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

dentro de todas as unidades do Instituto. O **Presidente** agradece e passa a palavra para o **conselheiro Francisco**, que inicia, primeiramente, pontuando que há uma unidade neste Comitê, no sentido de se preocuparem com o retorno. Diz que vê o documento como um aceno muito positivo da preocupação institucional em estabelecer diretrizes claras. Acha que o Artigo 8º, com as alterações propostas agora, melhora bastante e dá uma clareza para o que pretende. Porém diz ter dúvidas relacionadas à questão do que tratam os planos de retomada, aprovados no final do ano passado, e que tratam de uma série de aspectos, em um determinado contexto, tendo sido aprovados nesse Comitê, pois ficou determinado que as alterações nesses planos voltariam a esse Comitê, como aconteceu com o plano da Reitoria. Diz que não sabe se perdeu alguma reunião em que isso foi flexibilizado. Acha até que é possível fazer algum tipo de flexibilização nesse sentido, mas gostaria de se situar em relação a isso. Então, sua primeira pergunta é: quem é que aprova esse plano atualizado, uma vez que ele impacta no planejamento pedagógico? Diz que os campi têm a sua dinâmica, frenética no seu dia a dia, com diversas demandas, mas isso é algo que gostaria que ficasse bem explícito nesta reunião. Depois pergunta, muito mais para a pró-reitora Elinilze, se as mudanças aqui propostas não impactam, de algum modo, na resolução de ensino remoto? Parabeniza a proposta do documento, a qual considera bastante norteadora, pelos referenciais postos para os campi, mas ficaria mais tranquilo se fosse esclarecido nesses pontos citados. Acrescenta que gostaria de saber mais sobre a fala da pró-reitora Elinilze no sentido da fala dela com os diretores de ensino, para que estas interpretações dos textos destes documentos não se deem de forma diversa, para que a coisa não sugira uma cola imediata entre a bandeira do estado e o que for feito, de modo automático, na instituição. Cita que a UFPA também adota o bandeiramento, mas nos campi os bandeiramentos são definidos pelo Comitê, havendo a possibilidade de bandeiramentos diferentes entre os campi. Aponta que o documento propõe um bandeiramento para todo o Estado, mas que deve ser definido um marco legal que indique o bandeiramento para cada campus. Diz que sabe que isso está posto lá no início, mas talvez precise delimitar isso mais claramente, concordando com o que disse o conselheiro Anderson Lisboa, quando falava da precisão do que está escrito, para que não se gerem dúvidas. O **Presidente** fala que encerrará as falas com o próximo conselheiro, em virtude do avançado das horas. O **conselheiro Lucivaldo** diz que gostaria de aproveitar a fala do conselheiro Francisco, em seu último apontamento, que seria um dos itens que iria expor como questionamento e até como proposição, do Comitê definir o marco legal, não apenas do estabelecimento e da validação da portaria, mas da vinculação ao calendário acadêmico, pois já se sabe que nenhum campus terá o segundo semestre iniciado em agosto, mas em setembro, por isso entende que seria importante fazer essa vinculação com o calendário acadêmico institucional, que cada campus tem o seu calendário próprio aprovado pelo CONSUP. Também pede para ser observada a questão dos bandeiramentos. Além disso, diz que traz a questão das instruções normativas que podem advir desse documento, inclusive como foi posto pela pró-reitora Elinilze que tem acompanhado os trabalhos dos departamentos de ensino em relação ao estabelecimento dessas diretrizes internas de cada campus, buscando o entendimento do que é melhor ser feito, especialmente em relação aos alunos, tendo em vista que o documento está muito voltado aos servidores, mas a questão finalística do ensino fica ainda não muito



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

775 clara nele. Daí vem, segundo ele, o papel da outorga às unidades gestoras, quais sejam as
776 pró-reitorias ou as direções gerais em estabelecer instruções normativas ou documentos
777 complementares que esclareçam melhor a aplicação da norma e o atendimento daquelas que
778 possam ser colocadas pelos municípios nos quais as unidades estão vinculadas. Fala que se
779 Itaituba estabelece um novo decreto ou normativa, o campus tem condições de estabelecer
780 uma instrução normativa que alcance essa norma, dando essa flexibilidade para garantir o
781 atendimento legal. Diz que lhe veio, também, o questionamento que acredita que já esteja
782 sendo discutido, junto ao ensino, que é a elegibilidade dos alunos que retornarão dentro
783 dessas proporcionalidades. Fala que pela curta leitura que fez do documento não tem
784 estabelecido que é elegível dentro de uma turma ou grupo de alunos que retomarão as
785 atividades presenciais, ao ponto que também lhe vem um comparativo entre o plano de
786 retomada e as diretrizes que foram estabelecidas anteriormente com o documento atual. Vê
787 que há uma perda significativa na capacidade de atendimento aos alunos, pois atualmente as
788 diretrizes são seguidas e elas estabelecem o distanciamento como parâmetro e não apenas a
789 porcentagem de capacidade de uso. Ou seja, se há um auditório onde cabem cento e vinte
790 pessoas, quando se estabelece a questão do distanciamento é possível atender sessenta
791 pessoas, independente do bandeiramento, mas quando ele é observado, essa capacidade é
792 reduzida para 30%, por exemplo. Por tanto, de certa forma, acha que se está retroagindo e
793 limitando a capacidade de atendimento em um momento que é muito mais seguro do que lá
794 quando as diretrizes foram aprovadas em agosto passado, que estabeleceram o
795 distanciamento como parâmetro básico para o atendimento. Assim, acredita que esse
796 esclarecimento é importante para se entender de onde vieram essas porcentagens dentro
797 desse nível que foi estabelecido para cada bandeiramento e cada tipo de ocupação. Além
798 disso, diz que não ficou tão clara a obrigatoriedade ou não dos servidores que se abstiveram
799 em tomar vacina, mesmo porque o entendimento do STF foi que não haja uma
800 obrigatoriedade forçosa, mas que possam ser criados mecanismos, no sentido de colocar um
801 artigo de que o servidor precisa apresentar a documentação, como é o caso de concurso
802 público e em sistemas de saúde, onde o acesso só é permitido a determinados serviços se
803 forem cumpridos determinados critérios, como o da vacinação. Fala que daí vem a
804 preocupação e até a possibilidade de outras pessoas serem encorajadas a se vacinar, porque
805 vem questionamentos de quem se vacinou sobre o outro que não o fez. Quais os riscos que
806 isso traz para os servidores e para a comunidade que ainda não foi atendida pela vacina.
807 Ratifica a fala e a preocupação que todos os conselheiros têm tido em garantir a objetividade
808 da norma que está sendo criado, para que não haja interpretações dúbias para os servidores e
809 que se tenha uma garantia forte e um trabalho bem articulado. O **Presidente** agradece e
810 inicia respondendo ao conselheiro Francisco dizendo que, de fato, o Comitê aprovou os
811 primeiros planejamentos, porém, até por conta das especificidades e a autonomia no
812 planejamento institucional de cada campus, e considerando toda a trajetória tida até agora,
813 entende que o Comitê deve criar elementos norteadores. A aprovação, em si, do plano
814 considera que é de competência do próprio campus, cabendo ao Comitê elaborar as balizas,
815 porque caso contrário, conforme já foi explicitado por outros membros na reunião,
816 especialmente o conselheiro Anderson, o documento pode se tornar algo que vai gerar
817 dubiedade e dificuldades de implementar esses planos. Outra coisa que menciona é aquilo



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

818 mencionado pelo conselheiro Lucivaldo, quanto às ações previstas no documento,
819 notadamente para os servidores. Diz que isso é justamente o contrário, pois se for observado,
820 os espaços basicamente são uma coluna das atividades administrativas, o que é
821 especificamente relativo aos servidores, e todas as atividades, incluindo as administrativas,
822 têm relação direta com os estudantes, inclusive na recepção deles, nas atividades da equipe
823 do apoio pedagógico. Fala, também, quanto aos percentuais, dirigindo-se ao conselheiro
824 Lucivaldo, dizendo que esses percentuais têm sido implementados em todos os segmentos
825 sociais destes planos de retorno e que é estabelecido um limite para uso do espaço, mas diz
826 que isso pode ser revisto, bem como o deslocamento até esses espaços, os corredores, o uso
827 de espaços que antecede a utilização de um auditório – considerando a entrada, a saída e
828 eventuais aglomerações. Refere-se à proposta da pró-reitora Elinilze, até por conta do que
829 foi levantado por outros conselheiros na reunião, da inclusão de um artigo que pudesse
830 deixar claro essa condição dos campi e da Reitoria, “[...] por meio de seus comitês locais,
831 atualizarem seus planos de retomada e estabelecerem as diretrizes específicas, marcos e
832 condutas preventivas, bem como de adequação estrutural para o uso de ambientes
833 acadêmicos e administrativos, observando o protocolo estabelecido neste documento”.
834 Entende que esse artigo possa ser adicionado, para deixar mais claro o que foi levantado e
835 menciona o caso do campus Bragança, trazido pelo conselheiro Danilo, cujo comitê local
836 está propondo um plano de retomada. Assim, propõe a inclusão do texto como parágrafo
837 único do Artigo 2º, fazendo a leitura de como ele ficaria. Responde, também, ao conselheiro
838 Lucivaldo sobre a questão da vacina, dizendo que o documento não é norteado pela
839 aplicação das vacinas e sim pelo bandeiramento das regiões, uma vez que a garantia da
840 melhora das condições epidemiológicas só é dada por indicadores como ocupação de leitos,
841 média móvel de casos e óbitos, entre outros. Diz que, obviamente, a melhoria dessas
842 condições, como a ciência tem demonstrado, fundamenta-se no avanço da vacinação e, como
843 foi dito anteriormente, que se a proposta, ora apresentada, não tivesse sido iniciado com a
844 perspectiva de se ter a segunda dose no início do próximo semestre, certamente, a discussão
845 agora seria outra. Fala que isso não pode ser ignorado e fundamenta os estudos, como até
846 mesmo chegou a ser pedido pelo conselheiro Anderson Lisboa, sobre as pesquisas sobre a 1ª
847 e a 2ª doses, mas o documento não é orientado pela vacinação, mencionando a vacinação
848 apenas quando fala das pessoas autoimunes e não podem tomar a vacina. Diz que o ato
849 deliberado de um servidor não querer tomar a vacina pode ser até normatizado, através de
850 uma regulamentação específica, como um passaporte de vacinação, mas diz que essa
851 exigência ainda está muito no início, pois não foi disponibilizada vacina em 2ª dose para
852 todos ainda, mas acha que o setor de Pessoal pode estabelecer uma normativa, sim, através
853 de uma Instrução Normativa, exigindo isso, ouvindo, evidentemente, a Procuradoria. Fala
854 que o importante aqui é que haja um dispositivo norteador, pois a instituição está carente
855 disso. O **conselheiro Lucivaldo** pede a palavra para fazer um comentário sobre a fala
856 anterior, em relação à criação do artigo. Fala que os comitês de risco dos campi não dispõem
857 de um rol de atribuições formalmente estabelecido no âmbito institucional, por isso sugere
858 que ao invés de ser colocada essa responsabilidade para o Comitê, que se coloque para o
859 Conselho Diretor do campus, porque já está lá no rol de responsabilidades dele a de fazer
860 aprovações e estabelecer normas, havendo campi que seguem, exclusivamente, as diretrizes



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

861 e normas estabelecidas pelo Comitê de Risco institucional. Diz que vê um potencial risco de
862 serem outorgadas essas deliberações aos comitês de risco local, e daqui há pouco estarem
863 sendo criados regimentos dentro dos campi, que ferem diretamente o regimento
864 institucional, como já há experiência semelhante com o próprio Conselho Diretor em relação
865 ao Conselho Superior. Portanto, como uma forma de evitar isso, todos os campi
866 obrigatoriamente devem ter Conselho Diretor, mas não necessariamente comitê de risco
867 local para tratar desse assunto. O **Presidente** passa diretamente a palavra ao **conselheiro**
868 **Mário Médice**, que se desculpa por ter entrado um pouco tarde na reunião, mas expressa
869 estar muito feliz pelo que pôde acompanhar em já se ter um documento norteador que dá
870 mais segurança para as comissões internas, citando inclusive que semana passada reunião
871 com a do campus, onde anunciou esta reunião do Comitê de Risco. Fala que o na reunião
872 passada do Comitê foi encaminhado que no início de agosto as subcomissões se reuniram
873 para atualizar este plano, como foi encaminhado pela pró-reitora Elinilze, visando a
874 retomada híbrida ao longo de agosto. Fala que o semestre de seu campus terminará por volta
875 do dia quatorze de setembro e o começo do segundo semestre seria dia vinte e oito de
876 setembro, portanto, o que foi encaminhado na reunião de sua comissão foi que o mês de
877 agosto seria levado de acordo com esse planejamento, com algumas atividades presenciais,
878 sobretudo as administrativas, algumas com a presença dos docentes – como o bandeiramento
879 do documento já apresenta – mas as atividades presenciais acadêmicas não poderiam
880 exatamente começar, pois não foram elaboradas para começarem em agosto. O **Presidente**
881 lembra o conselheiro Mário, que o documento não está mesmo prevendo a volta de
882 atividades acadêmicas em agosto. O **conselheiro Mário Médice** prossegue dizendo que
883 amanhã os docentes do campus entrarão de férias e se preocupa em ter que informá-los da
884 reunião de hoje. Diz que ainda pegou a fala do conselheiro Gerson e se declara preocupado
885 com o que acontecerá em Breves. Fala que o retorno das atividades a partir de agosto, após
886 as férias, poderá agravar, ou não, a questão epidemiológica, e que uma sinalização
887 interessante é que não se percebe nas reuniões com os estudantes e com os servidores uma
888 resistência que se via antes, o que lhe deixa tranquilo em retornar presencialmente.
889 Parabeniza a Comissão e o Comitê pela feitura do documento, que respalda as discussões no
890 campus e era um documento que faltava. O **Presidente** informa que concorda com o
891 conselheiro Lucivaldo de que alguns campi não têm comitê de risco instituído, mas entende
892 que as propostas devam ser por meio dos comitês ou dos conselhos diretores, pois não dá
893 para se desprezar a existência desses comitês. Fala que é possível se colocar como
894 observação que devam ser ouvidos os comitês locais, os CONDIRs, mas sem desprezar a
895 importância dos comitês de risco locais nos vários campi onde existem. O **conselheiro**
896 **Lucivaldo** complementa a fala do Presidente dizendo que a sua fala foi no sentido de
897 reforçar a atuação do Conselho Diretor, mas de forma alguma desprestigiar (o comitê local),
898 até mesmo porque ele diz que há em seu campus esse trabalho do comitê de
899 acompanhamento dos indicadores regionais, por isso sua fala é no sentido de reforçar a
900 segurança jurídica institucional em relação à função que cada um tem. Diz que quando se
901 fala que é o Comitê de Risco, se está outorgando tudo para ele, mas acha que o Instituto tem
902 instâncias administrativas que têm um poder muito maior em relação a essas aprovações,
903 mas, novamente, sem desprezar de forma alguma a evidente e diligente atuação dos comitês



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

904 locais. O **Presidente** agradece e passa a palavra ao **conselheiro Danilo**, que diz que sua fala
905 também era nesse sentido, mas que bastantes coisas já foram contempladas nos discursos do
906 Presidente e do conselheiro Lucivaldo, concordando que é possível contemplar os dois
907 (comitê local e conselho diretor), considerando que os comitês locais vêm desde o início,
908 por isso é pertinente consultar os dois. O **Presidente** pergunta aos conselheiros se coloca
909 “ou” ou “e”, sendo a conjunção “ou” apontada pela maioria como a que deva ser utilizada no
910 texto do documento. Ele fala que o comitê local também tem essa chancela do CONDIR e
911 quer crer que os comitês foram criados nesse sentido, concordando com a proposta. No chat,
912 o **conselheiro Francisco** suscita que lhe parece que nem todos os campi têm um “comitê de
913 risco estabelecido” e a **pró-reitora Elinilza** faz uma proposta de inserção de artigo: “As
914 unidades devem prever ações de apoio socioemocional a toda a comunidade acadêmica
915 utilizando metodologias variadas e possíveis ao campus, inclusive lançando mão de
916 parcerias com outras entidades”. Antes da fala do Presidente, a **Pró-reitora Elinilze** pede
917 um espaço para responder a uma pergunta anterior do conselheiro Francisco, referente a se
918 isso tudo que está sendo proposto entra em conflito com a resolução de atividades de ensino
919 remoto, responde que não entra. Diz que a ideia é que no planejamento de transição e
920 híbrido, que mistura as atividades presenciais e não presenciais, se utilize uma Instrução
921 Normativa se apoiando em duas resoluções: a já existente do regulamento didático do
922 ensino, que trata de tudo presencial, e a resolução que trata de ensino remoto nos cursos
923 técnicos e superiores, que dariam ao Instituto os amparos legais, para uma forma e outra.
924 Assim, afirma que será um trabalho feito em cima da perspectiva de uma Instrução
925 Normativa que vai se basear nesses dois documentos institucionais. O **Presidente** diz que,
926 feitas todas essas considerações, incluindo a consideração feita pela conselheira Neila sobre
927 o apoio socioemocional, que considera fundamental a acolhida, até porque essa é uma ação
928 transversal a qualquer tipo de ação de retomada, em qualquer dos ambientes e, então, prevê
929 a inclusão deste artigo, além dessa situação trazida pelos conselheiros Lucivaldo e
930 Francisco, de se ouvir os comitês ou os CONDIRs para estabelecer as diretrizes específicas.
931 Diz que gostaria, até mesmo pelo tempo que resta e em razão de que muitos dos
932 conselheiros vão estar de férias na segunda quinzena de julho, de encaminhar a aprovação
933 deste documento, agora, fazendo uma reunião do Comitê de Risco no dia quatro de agosto
934 para que se pudesse, de pronto, retomar e apreciar, trazer para o Comitê – como já foi
935 solicitado – a apresentação de alguns números, do grupo científico que apoia o Governo do
936 Estado. Fala que, ao longo desse período, todos devem, obviamente, acompanhar as curvas
937 de ocupação de leitos, de casos, de óbitos etc. pois o Instituto está vinculado a um
938 bandeiramento do estado, mas entende que pela antecipação e pelo que foi sugerido pela
939 conselheira Neila, da campanha da Comunicação, com a compreensão de que a vigência do
940 instrumento é a partir do dia dois de agosto, e que possa, justamente, haver tempo para fazer
941 o planejamento devido para o segundo semestre. No chat, o **conselheiro Mário Médice**
942 pergunta quando os conselheiros terão acesso ao documento e o **Presidente** responde que se
943 ele for aprovado na reunião de hoje, amanhã mesmo ele poderá ser publicado, feitos alguns
944 ajustes propostos na reunião, dos quais ele tomou nota – o acolhimento, a inserção do
945 parágrafo único no Artigo 2º – por isso acredita ser possível a publicação amanhã ou no
946 mais tardar no dia oito, o que deixa quase um mês para serem feitas as divulgações devidas e



Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

947 as discussões. Sabe que há a dificuldade devido as férias escolares, que acontecerão a partir
948 da segunda quinzena de julho, e diz que compreende e respeita a opinião dos conselheiros
949 Mário Médice e Gerson e fala que já estamos há um ano e meio nessa situação e as férias
950 não podem ser uma justificativa e se tivermos alguma mudança nessa curva decrescente de
951 casos e nessa perspectiva alentadora de vacinação, obviamente, o próprio documento
952 estabelece o recuo nas atividades presenciais. Acrescenta que o documento norteador não é
953 inflexível e que não haverá retorno dia dois de agosto com todos os servidores aglomerados
954 nas salas, coisa que não está escrita em lugar nenhum do documento. Pede a compreensão
955 do Comitê para aprovarem o documento, a ser emitido na forma de uma portaria. O
956 **conselheiro Lucivaldo** pede a palavra para lembrar que no chat a pró-reitora Elinilze propôs
957 a inserção de um artigo sobre as unidades, prevendo apoio socioemocional, a qual não
958 percebeu ter sido convencionada, discutida pelo Comitê e que acha importante a inclusão
959 deste artigo no documento. O **Presidente** sugere que se coloque este artigo depois do
960 parágrafo único do Artigo 2º, que é uma proposta feita pela própria pró-reitora Elinilze,
961 ficando, portanto, ela como Artigo 3º, e o Artigo 3º que trata de ações de testagem, passa a
962 ser o Artigo 4º. Coloca a proposta para apreciação do Comitê, que se manifesta favorável à
963 inclusão. Agradece a compreensão de todos e diz que o documento está passível de ajustes, e
964 como é uma portaria, ela pode ser feita de pronto e já no dia quatro de agosto, próxima
965 reunião do Comitê, poderão ser avaliadas algumas coisas, após dois dias de vigência, mas
966 muito este documento já vai ter repercutido até lá por quase um mês. Ele se compromete a
967 trazer os dados epidemiológicos, trazendo a Diretora Keila e o Dr. Camilo, para se
968 posicionarem a partir de todos os estudos que estão sendo feitos. Pede desculpas à Diretora
969 Keila e ao Diretor Fábio por não os ter deixado falar, mas diz que não lhe faltará
970 oportunidades. Contudo, o **Diretor Fábio** pede, rapidamente, a fala, dizendo que teria os
971 números para apresentar, também o vacinômetro, do qual informa uma parcial, faltando
972 apenas três campi – Belém, Industrial e Parauapebas. Sobre a 1ª dose: 73,08% de docentes,
973 81,83% de TAEs e 82,96% de colaboradores. Sobre a 2ª dose: 2,75% de docentes, 4,77% de
974 TAEs e 1,50% de colaboradores. Sobre as abstenções: 5,82% de docentes, 3,35% de TAEs e
975 4,76% de colaboradores. Diz que a portaria foi pensada para ser um documento assertivo,
976 prático, cuja estratégia é não ter que ficar todo momento produzindo um novo documento,
977 admitindo que não gostaria de fazer isso, também, na área de Gestão de Pessoas, fazendo
978 vários remendos e desdobramentos. Fala que a Legislação existente hoje é a IN 37/2021, que
979 alterou a IN 109/2020, que trata do retorno gradual em segurança e pede que regule e
980 mantenha pública a informação de quantos servidores estão trabalhando de forma remota e
981 de forma presencial. Sobre isso diz que o BMF vem ao encontro para atender. Fala que, face
982 a isso, no retorno às atividades, o TAE que estiver desenvolvendo alguma parte remota,
983 continua preenchendo relatório semanal de atividades, referente à parte remota e os
984 servidores docentes, para isso usam o PIT/RAD. Por isso pensa que quem está vindo
985 presencial segue a IN 112, normal, com folha de ponto para servidor TAE e PIT/RAD para
986 docente. Então, no seu ponto de vista estratégico, não é preciso ficar criando vários
987 documentos e confundindo e por isso já vinha pensando em incluir o artigo que a
988 conselheira Rosângela sentiu falta, justamente para depois não ficar disparando ofícios
989 circulares dizendo o que pode ou não pode. Fala sobre o que tem para o futuro, o



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 06 de julho de 2021

teletrabalho, para ser discutido quando voltarmos presencialmente, que é um programa de gestão. Além disso, tem a IN 125, que trata do registro eletrônico, outro momento para o futuro. Diz que o controle de frequência dos servidores tem sido um desgaste para todos, gestores da Reitoria e dos campi e para os próprios servidores, que ficam sufocados com tanta informação. Coloca-se à disposição dos gestores, caso precisem de auxílio sobre algum documento específico para seus campi, mas entende que os documentos que existem hoje norteiam e respaldam a todos. No chat, a diretora Keila apresenta os seguintes dados sobre a vacinação do Pará: 1ª dose 64, 35 %, 2ª dose 28,78%, casos de Covid nos últimos 7 dias 113, óbitos nos últimos 7 dias 10, ocupação de leitos UTI adulto 54,8 %, ocupação de leitos UTI pediátrico 0% e ocupação de leitos clínicos 39,68%. O **Presidente** agradece e fala dos números apresentados pela conselheira Keila a seu pedido, esclarecendo que eles se referem à população vacinável adulta. Fala que ainda faltam os dados de alguns campi do IFPA, como foi mencionado pelo Diretor Fábio. No chat, o **conselheiro Francisco** diz que espera que os campi que estão faltando fornecer as informações e fazer o levantamento o façam e que é importante que toda a comunidade tenha estas informações. O **Presidente** dirige-se ao conselheiro Lucivaldo dizendo que ainda não foi tirada de vista a questão dos servidores que deliberadamente não queiram vacinar, precisando ainda ser amadurecida e discutida melhor. No chat, o **Diretor Fábio** disponibiliza o link do vacinômetro, para quem quiser mais informações. O **Presidente** concorda com a sugestão do conselheiro Francisco e diz que é importante que a Comunicação forneça esse tipo de informação para a comunidade. No chat, a conselheira Rosângela diz que no seu campus vários servidores já se vacinaram com a 2ª dose, estando ela própria já imunizada. O **Presidente** diz isso ocorre em outros municípios também, como em Breves. Agradece a todos pela compreensão e diz que às vezes há divergências em alguns aspectos, com algumas reticências em relação a alguns avanços, mas entende que todos estão tendo bastante responsabilidade com as ações, atitudes e encaminhamentos, sem nunca deixar de avaliá-los ou revê-los. Reforça a marcação da próxima reunião para o dia quatro de agosto, com a mesma pauta desta. Diz que fará o possível para trazer a equipe da UFRA para apresentarem para o Comitê os números atualizados dos estudos que desenvolvem, além de dar oportunidade para a equipe do IFPA – Diretora Keila e Dr. Camilo – se manifestarem, pedindo desculpas à Diretora Keila, mais uma vez, por não ter lhe conferido a palavra ao longo da reunião. Deseja saúde a todos e que continuem se cuidando. Encerra a reunião às doze horas e trinta e oito. Eu, Mário Vítor Brandão de Lima, secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

CLAUDIO ALEX
JORGE DA
ROCHA:37303945253

Assinado de forma digital por
CLAUDIO ALEX JORGE DA
ROCHA:37303945253
Dados: 2021.08.06 09:46:40
-03'00'

Claudio Alex Jorge da Rocha
Reitor do IFPA



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA
Realizada dia 06 de julho de 2021

Mário Vítor B. de Lima

Mário Vítor Brandão de Lima
Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores/IFPA
Port. nº 1.228/2018-GAB/IFPA

1032
1033
1034
1035